

Os costumes no planalto catarinense: dos embates no movimento sertanejo do Contestado à luta contra as imposições do capital estrangeiro (1912-1919).

The customs at Catarinense's Upland: from the clashes of Contestado's sertanejo movement to the fight against the impositions of foreign capital (1912-1919).

Alexandre Assis Tomporoski*

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar os costumes praticados pelos sertanejos do planalto catarinense, adotados desde o século XVIII, a partir dos quais emergiram relações de solidariedade e relações conflituosas, aplicadas pelos sertanejos nos embates da Guerra do Contestado e na luta contra as imposições do capital estrangeiro em expansão na região. Com este intuito, o texto ampara-se no enfoque proposto por Edward Palmer Thompson, o qual, ao estudar os trabalhadores britânicos em período anterior à Revolução Industrial, identificou, entre eles, relações suscitadas por costumes e práticas, que se revelaram altamente relevantes para o processo de resistência e luta nas décadas subsequentes. Por conseguinte, a partir das concepções thompsonianas subjacentes, o artigo considera resultados obtidos em pesquisas a fontes de natureza judicial e informações provenientes de fontes orais, o que propiciou a análise das relações solidárias e conflituosas, oriundas das práticas dos costumes pelos sertanejos. O exame minucioso dos costumes utilizados nas práticas laborais, isto é, o pixirum, a roça cabocla e a criação comunal de animais, assim como dos costumes utilizados nas práticas religiosas, representados principalmente pela devoção a São João Maria, o fandango de São Gonçalo e as festas religiosas, oferece nova perspectiva sobre as relações solidárias e conflituosas entre os sertanejos. Esse entendimento desvela que, em suas relações conflituosas nos desdobramentos do movimento sertanejo do Contestado e em oposição ao avanço do capital estrangeiro, os sertanejos não foram meros "jagunços" ou "fanáticos", mas pessoas dotadas de uma profunda racionalidade – proveniente de seus costumes – que lutaram por aquilo que consideravam justo e seu por direito.

* Possui graduação em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2003), mestrado (2006) e doutorado (2013) em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Sua atuação concentra-se nas áreas de história do Contestado e história do trabalho no Brasil. Atualmente é professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e de diversos cursos de graduação da Universidade do Contestado (UnC), campus Canoinhas, onde também coordena o Núcleo de Pesquisa em História.

Palavras-Chave: costumes dos sertanejos, relações de solidariedade, relações conflituosas, guerra do Contestado, capital estrangeiro.

Abstract: This article aims to analyze the customs practiced by *sertanejos* of Catarinense's Upland, adopted since the 18th century, from which emerged solidarity relations and troubled relations applied by the *sertanejos* in the clashes of Contestado War and in the fight against the impositions of foreign capital in expansion in the region. For this purpose, the text is supported by the focus proposed by Edward Palmer Thompson, who, studying the British workers in a previous period to the Industrial Revolution, identified, among them, relations caused by customs and practices that showed itself relevant for the resistance process and the fight in the following decades. As result, from Thompson's conceptions, the article considers results obtained in researches based in judicial nature and information from oral sources, which propitiated the analysis of solidarity and troubled relationships, coming from the customs practices by *sertanejos*. A close scrutiny of the customs in labor practices, i.e., the *cabloca* grazing and in the communal creation of animals, as well as the customs used in the religious practices, mainly represented by the devotion to Saint João Maria, the fandango of São Gonçalo and the religious festivals, offers a new prospect about the solidary and troubled relations among the *sertanejos*. This understanding discloses that in the troubled relation on the unfolding of Contestado's *sertanejo* movement and oppositional to the foreign capital advance, the *sertanejos* weren't mere *jagunços* or fanatics, but people with deep rationality – coming from their customs- who fought for what they considered fair and within their rights.

Keywords: sertanejos's customs, solidarity relations, troubled relations, Contestado War, foreign capital.

Os costumes e a formação do modo de vida sertanejo na região do planalto catarinense.

Os costumes adotados pelos sertanejos¹ do planalto catarinense – praticados desde o século XVIII – resultaram num conjunto de atitudes, comportamentos e perspectivas que moldaram seu modo de vida, a partir do qual emergiu suas relações em sociedade, tanto solidárias quanto conflituosas. Deste modo, para propiciar um melhor entendimento, é possível estabelecer uma cadeia de implicações, isto é, partindo-se dos costumes adotados pelos sertanejos, obtém-se um panorama do seu modo de vida, o qual, por sua vez, explicita as relações de solidariedade e as relações conflituosas que se manifestaram em seu cotidiano.

Dentre os costumes adotados pelos sertanejos, serão analisados os costumes relacionados as práticas laborais, ou seja, o pixirum, a roça cabocla e a criação comunal de animais, assim como os costumes relacionados as práticas religiosas, tais quais a devoção a São João Maria e o fandango de São Gonçalo.

Pretende-se evidenciar que esses costumes, praticados ao longo de décadas, inclusive, séculos, estabeleceram as atitudes e comportamentos geralmente aceitos naquela sociedade, ou seja, o modo de vida típico do sertanejo, do qual resultou suas relações de solidariedade e relações conflituosas, as quais foram determinantes em seus momentos de resistência e luta, principalmente nos embates do movimento sertanejo do Contestado e no confronto às imposições do capital estrangeiro, em inserção na região.

A capacidade das pessoas cooperarem, confiarem em seus vizinhos e estabelecerem laços horizontais de participação, demonstra a valorização do auxílio mútuo naquela sociedade. Porém, a cooperação voluntária, assentada na confiança, só é possível em sociedades que convivem com regras de reciprocidade, o que fomenta a cooperação espontânea.

Na região do planalto catarinense, conforme será analisado posteriormente, o principal costume que fortaleceu as relações solidárias entre os sertanejos denominava-se pixirum.² O pixirum consistia numa espécie de mutirão, no qual

¹ Neste artigo, o termo "sertanejo" é utilizado no mesmo sentido em que o faz majoritariamente a literatura sobre o Contestado, qual seja: para referenciar o habitante do planalto catarinense, homens e mulheres pobres, pequenos lavradores e posseiros, agregados ou peões, que viviam em economia de subsistência e eram devotos de São João Maria (MACHADO, 2004), percebidos a partir de suas práticas socioculturais. Não é incomum que o termo "caboclo" seja empregado com a mesma acepção que o termo "sertanejo".

² O pixirum consistia em uma forma de mutirão, desenvolvido no meio rural do estado de Santa Catarina. Porém, tal prática foi amplamente utilizada em todo o Brasil e, inclusive, em outros países. No território nacional, as denominações variam conforme a unidade da federação. No território do Amazonas, a prática é denominada de puxirum, no Pará, de putirão, mesma denominação empregada

convocar e ser convocado significava atributo de legitimidade perante aquela comunidade, amparado no princípio da obrigação mútua, ou seja, aquele vizinho que fora beneficiado pelo trabalho dos membros do bairro rural deveria retribuir a ajuda, atendendo imediatamente ao chamado quando solicitado. A obrigação moral de retribuir imediatamente à convocação, procedendo de modo semelhante aos que o ajudaram anteriormente, determinava a formação de uma ampla rede de relações de vizinhança.

VINHAS DE QUEIROZ (1966) assim descreve o pixirum na região do planalto catarinense:

Os trabalhos da roçada costumam-se fazer por volta de junho – o que tem o inconveniente de coincidir com a época mais própria para o corte do mate, porém, é o tempo melhor para abater a floresta. Se se trata de uma tarefa abrumadora para um homem só, acontece ao sertanejo de Serra Acima recorrer, como em noutras partes do Brasil, ao trabalho amigo e voluntário dos vizinhos (P.37).

Com o intuito de estabelecer parâmetros que permitissem uma abordagem consistente, no decorrer deste artigo adota-se as proposições teórico-metodológicas concebidas por Thompson, resultantes de suas pesquisas no contexto da História Social Inglesa, especialmente as noções sob a perspectiva que valoriza uma “história de baixo”, a qual propõe que os mais pobres também demonstram (mesmo que muitas vezes tal fato seja ignorado) o desenvolvimento de uma consciência das condições sociais e políticas de sua marginalização. Thompson indicava que a existência de certas características culturais peculiares, consubstanciadas num conjunto de valores, regras e normas compartilhadas, produziria uma noção de interesses comunitários que poderia resultar na constituição de estratégias efetivas de ação.

A partir do enfoque thompsoniano, utilizado para analisar de modo abrangente as relações oriundas das práticas laborais e religiosas dos sertanejos da região do planalto catarinense, o presente artigo considera pesquisa documental realizada precipuamente em fontes judiciais, além de informações obtidas de fontes orais, mediante um conjunto de seis entrevistas realizadas no ano de 2012 em

no estado do Maranhão. Em outros estados da região Nordeste, a prática é denominada adjutório. No Espírito Santo, putirão, mesma denominação do Rio de Janeiro e em São Paulo, estados nos quais o termo é empregado paralelamente a mutirão. Nos estados do sul do Brasil, os termos pixirum, mutirão, puxirão, puxuru e adjutório são utilizados em praticamente toda a região.

localidades como Taquarizal, Rio dos Pardos, Barra Mansa, Rio D'Areia do Meio e Pedras Brancas, (território onde fora erigido um dos mais importantes redutos rebeldes durante a Guerra do Contestado). A identificação e localização dos moradores mais antigos propiciou uma aproximação temporal e geográfica entre os costumes sertanejos e as práticas de resistência por eles gestadas. Neste contexto, o uso da história oral permite a obtenção de resultados profícuos, porém, é preciso observar sua utilização na condição de metodologia – ou seja, um conjunto de procedimentos que permite a obtenção de resultados consistentes e a produção de conhecimento – viabilizando o uso da fonte e sua conversão em documento. Um importante aspecto na análise da entrevista é o *ponto de saturação*, quando a informação começa a se repetir. Isso explicita os pontos chave da fala e a fidedignidade da informação. Além disso, é imprescindível a realização do cruzamento das informações obtidas com outras fontes, o que demonstra sua lógica interna e coerência (ALBERTI, 2005).

Costumes, modo de vida e a formação dos bairros rurais no planalto catarinense

O habitante típico da região do planalto catarinense mantinha um modo de vida que dependia da agricultura, da criação de animais e da exploração das matas. Após realizar o apossamento da terra, ali construía seu rancho com as próprias mãos, utilizando a madeira extraída de seu terreno. Nos fundos constituía uma pequena roça cabocla, com variadas culturas, o que lhe assegurava certa porção de alimento durante praticamente todo o ano, juntamente com algumas espécies de árvores frutíferas que suplementavam sua alimentação (Nogath, 2012). Criava alguns pequenos animais – galinhas e porcos – ao menos uma vaca para tirar o leite e mais algum cachorro de estimação para ajudar na caçada e na lida com os animais (WACHINSKI, 2012). Mantinha uma arma, se possível um rifle winchester, para a caça abundante, a proteção de sua posse e a defesa de sua vida e da sua honra.

O sertanejo, através da exploração das matas, efetuava a coleta do pinhão (semente da Araucária) e a partir do mês de junho realizava a extração da erva mate do erval nativo disponível mais próximo. Tanto o pouco que sobrava de sua roça, quanto a erva extraída, eram destinados a pequeno comércio – através da troca –

com os bodegueiros da localidade ou com os tropeiros que entrecortavam a região. O objetivo era adquirir produtos essenciais: sal, para conservar a carne; pólvora para ativar o rifle; querosene para iluminar o rancho; açúcar amarelo e café para começar o dia e cachaça para alegrar a alma.

Uma das razões para que a lavoura não fosse ampliada e desenvolvida com objetivos comerciais, consistia no fato de não haver um mercado consumidor disponível para aqueles produtos. Na área urbana do município de Canoinhas, não havia mais do que três ou quatro casas comerciais, as quais também não empregavam dinheiro nas relações com os pequenos agricultores (WACHINSKI, 2012).

As estradas geravam dificuldades para os pequenos agricultores que tentavam transportar o excedente de sua roça. O uso da carroça, o meio de transporte mais adequado para a transferência desse excedente da produção, nem sempre era possível. A viagem de carroça era combinada com outros vizinhos, cada um se deslocando com a sua (ROCHA, 2012). Suplantar as adversidades de transporte ratificava a importância dos vizinhos e do auxílio mútuo como elemento de sobrevivência para aquela população.

Naquela região, havia uma intensa circulação de pessoas, na maioria das vezes com o propósito de trocar os excedentes, os quais eram obtidos, amiúde, através do uso comunal das terras, tanto para a criação de animais quanto para o cultivo do solo, realizados coletivamente.

Apesar de residir em meio à mata, dificilmente algum morador da região do planalto catarinense vivia isolado, sem contato com o ajuntamento populacional mais próximo, como a sede do distrito ou o município vizinho. Ao menos até a venda mais próxima o sertanejo se dirigia em diferentes épocas do ano, pois, conforme já mencionado, realizava certo comércio com os bodegueiros, trocando algum excedente de sua roça, o que lhe permitia momentos de interação e sociabilidade, nos quais poderia obter informações e se inteirar das novidades. A maioria da população mantinha contato periódico com seus vizinhos, percebendo, a partir de sua posse, o local como seu, construindo assim um sentimento de pertencimento a uma unidade.

Contudo, a moradia consistia no fator preponderante para o habitante pobre do planalto catarinense.

O viajante alemão Robert Avé-Lallemant cruzou a região fronteira entre Paraná e Santa Catarina no ano de 1858 e descreveu assim algumas das moradias que encontrou:

Formam salutar contraste (...) as frequentes e pequenas baixadas, distantes apenas alguns passos da estrada. Uma dessas baixadas, pouco mais tem que uma casinha, onde perambulam galinhas e porcos. Mas sempre, em torno da pobre morada, florescem viçosamente, pomposos pessegueiros (AVÉ-LALLEMANT, 1980, P. 264).

É plausível considerarmos que a ocupação de todo o planalto catarinense decorreu da formação dos chamados bairros rurais (MELLO E SOUZA, 2001). O bairro rural era o agrupamento de algumas ou muitas famílias cuja conexão não se caracterizava apenas pela proximidade. As habitações poderiam estar bastante próximas, como em um povoado, ou tão afastadas que o observador não conseguiria perceber que compunham uma unidade populacional.

Novamente, Avé-Lallemant nos cede sua impressão sobre o norte do planalto catarinense:

Pelas 11 horas achávamo-nos numa elevação coberta de mato, de onde descortinávamos belo panorama da Serra das Três Barras, por ela passa o caminho de Curitiba, capital da Província do Paraná, para São Francisco (...) um caminho medonhamente mau nos conduziu, através de uma depressão do terreno, ao Rio Negro, primeiro rio considerável que, por intermédio do Iguaçu, corre para o Paraná. (...) Junto das águas impetuosas do Rio Negro passamos uma agradável hora de repouso, depois de termos atravessado a sua defeituosa ponte. (...) Prosseguimos e desde ali tivemos a alegria de encontrar sempre vestígios de civilização na floresta. Aqui e ali, uma roça aberta na mata, e entre elas, um pobre rancho cercado de pessegueiros de flores purpurinas. A cada passo, gritos de crianças e o canto do galo, até que uma nova mata encubra o pequeno quadro primaveril (AVÉ-LALLEMANT, 1980, P. 253).

Os trechos anteriormente citados nos permitem compor uma imagem do que era um bairro rural na região sob análise. Ali estavam intercaladas pequenas lavouras de subsistência, com uma mata de araucárias e pequenas casas.

Os habitantes do bairro rural construía seus vínculos pela convivência, pela necessidade de auxílio mútuo para os trabalhos mais pesados e urgentes, bem como pelo compartilhamento dos momentos lúdicos e religiosos (MELLO E SOUZA, 2001, P. 81).

Dentre as práticas de auxílio mútuo, o pixirum representa o exemplo mais evidente deste universo determinado pela sociabilidade, no qual o imbricamento entre trabalho, diversão e religiosidade, transcendia uma mera reunião de trabalho e estabelecia relações de solidariedade e igualitarismo entre indivíduos convivendo em um ambiente comum.

Dentre as práticas religiosas, o fandango de São Gonçalo, as festas nas dezenas de capelas espalhadas pelo interior da região e o culto a São João Maria, fortaleciam as relações de solidariedade entre os indivíduos daquela população.

As relações de solidariedade decorrentes dos costumes relacionados às práticas laborais dos sertanejos

Todos os trabalhos são executados pelo próprio posseiro e seus vizinhos, que se auxiliam reciprocamente, trabalhando de parceria.³

A afirmação acima foi extraída de um processo judicial iniciado a partir de uma disputa por área de terras, na região do Campo das Moças, em Canoinhas, no ano de 1910. O processo descreve, além dos imóveis e das lavouras ali existentes, um item específico acerca dos “Trabalhadores empregados na lavoura e sistema de serviço”, ou seja, o objetivo consistia em determinar quantos trabalhadores eram ali empregados e o modelo de trabalho utilizado. A afirmação corrobora um aspecto basilar na construção do modo de vida sertanejo, qual seja, o da reciprocidade.

As atividades de auxílio mútuo são comuns em diferentes regiões e épocas, especialmente entre as camadas mais pobres da população, as quais obviamente mais necessitam de auxílio para assegurar a sobrevivência, o que resulta no fortalecimento dos laços de solidariedade horizontais:

A necessidade de ajuda, imposta pela técnica agrícola e a sua retribuição automática, determinava a formação duma ampla rede de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional (MELLO E SOUZA, 2001, P.89).

O trabalho coletivo era um elemento importante na composição do modo de vida do sertanejo do planalto de Santa Catarina, inclusive, proporcionando a noção de unidade aos membros daquela sociedade. Muitas vezes os indivíduos que

³ Processo de Terras do Campo das Moças. Canoinhas, 1910. Gaveta 688, p. 86. APESC (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina).

participavam de tais atividades de auxílio mútuo residiam em bairros rurais diferentes, distantes do local onde o trabalho seria executado.

Na região sob análise, o mutirão era denominado pixirum. O pixirum permitia que tarefas praticamente impossíveis para um único homem pudessem ser realizadas em poucos dias, como a construção de casas ou galpões. Era comum a convocação do pixirum para roçadas, limpezas de terrenos e colheitas. O pixirum consistia, essencialmente, em uma reunião de trabalho, uma prática costumeiramente realizada pela população sertaneja. Era organizado em situações de atraso da roçada, para a carpida posterior à realização do plantio, e, mais raramente, no período de colheita. Principiava mediante convite do indivíduo que se encontrava com o trabalho em atraso. O convite se dava com a passagem do beneficiário pelas casas dos vizinhos, marcando data e hora específicas para a realização das tarefas: “Naquele horário, o pessoal chegava com a foice, se fosse pra roçá. Se fosse pra carpi também, chegavam com a enxada” (ROCHA, 2012), “era uma combinação” (BUENO, 2012).

A suplementação da mão de obra para os trabalhos da agricultura consistia na principal motivação para a execução do pixirum, porém, outros fatores contribuía para sua efetiva realização. O aspecto lúdico, materializado no consumo de bebida e nos festejos de encerramento das atividades, por meio de bailes, também consistia em estímulo para a convocação e realização de pixiruns (BUENO, 2012).

O número de componentes da reunião de trabalho variava conforme a disponibilidade dos vizinhos, e, seu caráter espontâneo, emerge das palavras do senhor Gregório Rocha:

Meu pai [nascido em 1887] fazia o pixirum. Aqui nós fazia o pixirum seguido, um ajudava o outro. Quando tava apurado fazia uma combinação: ‘Em tal dia eu vô fazê uma reunião. Então vamo carpi até ali’. Daí os que podiam iam, os que não podiam dispensavam. Não era obrigado. Ia de graça e os que pudessem. (...) Carpiam o dia inteiro e cantavam, fazendo relampeá as ferramenta (2012).

O pixirum poderia ser coordenado por um dos participantes, o qual era chamado de ‘corteiro’, responsável por ‘tocar o serviço’, o que significava evitar desvios na execução das atividades – em decorrência do considerável número de homens trabalhando – e evitar possíveis acidentes com as ferramentas. Normalmente, reuniam-se de dez a vinte ‘foiceiros’ para a realização dos trabalhos. O indivíduo que ocupava a função de corteiro – cuja titularidade se alternava de uma

reunião para outra – também organizava os trabalhos para que o eito da roçada, ou seja, o caminho deixado pelos roceiros, conservasse certo padrão de corte, com pequenos grupos trabalhando em diferentes sentidos (CARDOSO, 2012).

Em condições normais, a reunião de trabalho durava um único dia. As exceções ocorriam nas épocas de colheita, quando, em função das imposições climáticas, urgia a retirada dos grãos do campo, e os trabalhos poderiam ultrapassar o período de um dia.

Esse sistema fomentava o desenvolvimento de uma consciência coletiva: todos juntos formavam um único grupo, e seu eficiente funcionamento dependia da participação de todos. A ausência de qualquer forma de remuneração em contrapartida aos serviços prestados, principalmente no que se refere a valores monetários, acentua a importância da colaboração solidária. Além disso, nessas formas de participação, cada indivíduo tem um grau de importância e de pertencimento relativamente igual, o que possibilita o aumento da confiança e permite futuras colaborações.

Nas sociedades em que o auxílio mútuo, a colaboração contínua e a cooperação são fundamentais para a subsistência dos mais pobres, essas relações são regidas por um contrato moral, consubstanciando os resultados positivos da rede de cooperação, pois confiar e usufruir das vantagens de confiar agrega mais confiança. Confiar, nesse contexto, tem por significado “a expectativa de reciprocidade que pessoas de uma comunidade, baseada em normas partilhadas, têm acerca do comportamento dos outros. Quem sente e sabe que pode confiar, recebe mais colaboração” (D'ARAÚJO, 2003, P.33).

Dentre os elementos fundamentais que caracterizavam o *pixirum*, estava a obrigação intrínseca de fornecer a alimentação, tanto como necessidade para a continuidade dos trabalhos por maior período, como aspecto do comportamento do sertanejo, que não aceita a negativa ao alimento oferecido.⁴ Ou seja, em retribuição à ajuda na roça, o beneficiário “só dava o almoço, a cachaça e fazia o baile de noite” (BUENO, 2012).

⁴ Possivelmente como resultado de uma tradição gestada ao longo do tempo, especialmente em um período em que ir de uma casa a outra significava enfrentar desgastante jornada. Nessas situações, os anfitriões sabiam que poderia demorar muito até o viajante ter outra oportunidade de realizar uma refeição.

Enquanto os homens se dedicavam ao roçado, à carpida ou à colheita, as mulheres, coordenadas pela companheira⁵ do beneficiário, preparavam a refeição. Normalmente, um animal assado e feijão eram os ingredientes principais para o almoço (ROCHA, 2012). A obrigação moral do beneficiário em oferecer alimento, bebida e o baile de encerramento, acabava por estimular o consumo de bebida alcoólica. Havia consumo exacerbado de cachaça durante os trabalhos na roça, fato recorrentemente lembrado nos depoimentos coletados.

Ao final do longo e extenuante dia de trabalho, imbuindo-se o beneficiário da tranquilidade resultante do adiantado do roçado ou do encerramento da colheita, chegava a hora mais aguardada por todos os presentes: o baile de pixirum.

Esta celebração festiva que demarcava o encerramento dos trabalhos, reunia as mulheres dos envolvidos nas atividades do dia, outros parentes e vizinhos, e, inclusive, aqueles que não puderam comparecer no trabalho.

Nas ocasiões em que o pixirum era organizado para efetuar a colheita dos grãos, o baile era realizado exclusivamente ao final do dia de encerramento dos trabalhos e reunia um número maior de indivíduos. Essa retribuição festiva representava um gesto de amizade, um momento de celebração por uma forma de cooperação eficiente e cujo significado transcendia a simples necessidade imediata de suplementação de mão de obra, construindo, fortalecendo e irrigando uma rede ampla de coletividade, que proporcionava aos participantes uma experiência social integradora. Na região sob análise, há uma prática que lembra, em alguns traços, o pixirum, e podemos supor que seja resultado de sua permanência. Denominada de “A troca de dia”, é empregada principalmente na cultura do tabaco: “A troca de dia é assim: se eu vou hoje trabalhar pro vizinho, o vizinho me devolve esse dia em serviço. Se for trocado o dia, é um pelo outro” (CARDOSO, 2012). Porém, a realização das atividades lúdicas compensatórias, tais quais o almoço, o consumo de cachaça e o baile, parecem ter sido abandonadas, sendo o auxílio para a execução do trabalho o único elemento que permaneceu.

Constata-se o potencial mobilizador do pixirum no fato de que, apesar do sertanejo não possuir condições de fornecer a alimentação ou promover uma festa de encerramento – normas elementares de organização – em alguns desses casos, os

⁵ Entre a população sertaneja havia grande número de casos de amasiamento, ou seja, casamentos não oficializados.

vizinhos, percebendo que um deles estava ‘apurado’, combinavam o auxílio, sem nenhuma convocação prévia. Aquele que estivesse em melhores condições materiais disponibilizava o alimento, cedendo um animal para o abate (BUENO, 2012). Nessas situações, em que a espontaneidade regia a organização do pixirum – sem o conhecimento prévio do beneficiário – fica demonstrada a profundidade das relações solidárias dentro da sociedade sertaneja.

Em decorrência das evidências, podemos admitir que esta prática, que harmonizava trabalho e diversão, exprimia algumas características importantes do mundo vivenciado pelo sertanejo. Uma profunda solidariedade, cujas relações estendiam-se por regiões distantes e interconectavam moradores de diferentes e longínquos bairros rurais. O pixirum, conquanto uma necessidade de sobrevivência do sertanejo pobre, também representava um momento de celebração daquele modo de vida, no qual trabalho e diversão andavam de mãos dadas e cuja motivação não dependia apenas da necessidade, mas também da solidariedade. De todo o exposto, podemos destacar o caráter igualitário da reunião de trabalho e da celebração festiva e, principalmente, a ocorrência de pixiruns espontâneos – realizados sem convocação – o que nos permite compreender o modo de pensar daquelas pessoas, que se percebiam como iguais e dessa forma construía o seu viver.

Não obstante a preponderância de pixiruns nas atividades agrícolas, os sertanejos também se organizavam coletivamente nos trabalhos relacionados à criação de animais, mediante auxílio mútuo entre os vizinhos, desenvolvendo um sistema conhecido em algumas regiões pelo termo faxinal. Este sistema consistia na criação de animais – em especial, suínos, caprinos e bovinos – de maneira comunal, ou seja, com o aproveitamento das terras em conjunto. Um grupo de vizinhos com até dez integrantes construía as cercas de forma coletiva e utilizava o espaço disponível para a criação dos animais, sem separação por proprietário. Neste sistema, “era tudo coletivo, fazia a cerca nas terra de planta, e o resto o pessoal criava sem marca” (WACHINSKI, 2012). Na prática, as cercas serviam exclusivamente para evitar que os animais pudessem acessar as áreas nas quais havia lavoura, de modo algum para referenciar as propriedades. Acerca deste aspecto, até mesmo a construção e manutenção das cercas era executada de forma coletiva, por todos os vizinhos envolvidos no processo de criação em comum. Além disso, havia uma delimitação topográfica: a área de dobra, ou seja, de serra, era utilizada para a lavoura, enquanto

as vargens ficavam disponíveis para os animais. Ali, especialmente no caso dos porcos, os animais encontravam frutas silvestres: o pinhão durante o inverno, o fruto da imbuia, o butiá, a gavirova, além de brotos de outras espécies.⁶

As relações de solidariedade decorrentes dos costumes relacionados às práticas religiosas dos sertanejos

Juntamente com as práticas de trabalho coletivo, as práticas religiosas representavam outro elemento definidor dos contornos e da configuração dos bairros rurais e, por conseguinte, do espaço habitado e transformado pelo morador pobre do planalto catarinense.

A religião invariavelmente detinha papel importante como meio de preservação da sociabilidade. Sendo assim, poder-se-ia definir os limites do bairro rural pela participação de seus habitantes nos festejos religiosos locais, fossem oficiais ou menos formais – de caráter doméstico – o que demonstrava a força da religiosidade sertaneja como fator de sociabilidade.

A religiosidade estava intrinsecamente presente no cotidiano, o que explica o número elevado de curandeiros e benzedeiros. Do mesmo modo, as novenas, as rezas caseiras, ou o rodízio da santa – quando uma imagem sacra transitava por todas as casas da vizinhança, demorando-se alguns dias em cada uma delas – eram práticas que fomentavam a solidariedade entre a população do planalto.

Além disso, a longa tradição religiosa de São João Maria marcou profundamente toda a região sob enfoque e, de forma muito mais ampla, todo o planalto meridional brasileiro, desde Sorocaba até o Uruguai. A memória acerca das andanças dos monges pela região em tela e a relação desses indivíduos com a população local, especialmente o segundo, João Maria de Jesus, continua presente em toda aquela área.⁷

A vasta produção sobre a presença dos monges na região, descreve pormenorizadamente a atuação dessas figuras em harmonia com os princípios do modo de vida sertanejo, a solidariedade (pois os monges não cobravam por suas

⁶ Para um estudo mais profundo acerca da criação comunal nas terras do planalto catarinense, consultar (BRANDT, 2007).

⁷ O segundo monge, João Maria de Jesus, peregrinou por toda aquela região, entre 1890 e 1908. São muitas as ‘águas santas’ identificadas por ele e ainda cultuadas, assim como locais onde o monge supostamente teria pernoitado, onde vêm sendo erigidas capelas e oratórios.

curas e rezas), a humildade e a pobreza, pois andavam com vestes tão simples quanto a população sertaneja. Seus poderes, capazes de profetizar, de antever os acontecimentos que aguardavam aquelas pessoas no futuro, permanecem indelévels na memória do sertanejo.⁸

A orientação de tratar a natureza com respeito e retirar dela apenas aquilo que fosse realmente necessário, aliada ao aconselhamento sobre como se relacionar harmoniosamente com a população indígena local, sugerem uma profunda racionalidade no trato com a natureza e com ‘o outro’, posicionamentos muito distintos daqueles que vinham se espraiando pela região, vinculados às relações advindas do capital.

A devoção por São João Maria e, mais tarde, por José Maria, representavam práticas religiosas coletivas, arraigadas ao modo de vida do morador do planalto catarinense, e fomentaram a proximidade, a sociabilidade e a união dos sertanejos, como demonstrou a organização da “Santa Religião” e a deflagração do movimento sertanejo do Contestado (1912–1916). A devoção e o culto ao monge também não reconheciam limitações de caráter étnico. Os imigrantes há mais tempo na região eram majoritariamente devotos de São João Maria, e, no período da Guerra do Contestado, de 1912–1916, aderiram voluntariamente à luta sertaneja (MACHADO, 2004).

Outras práticas religiosas também se manifestavam na região, como as festas. É necessário destacar que essas festas não estavam necessariamente ligadas à Igreja, enquanto instituição oficial, mas sim às capelas fundadas pelo interior dos municípios. Nas primeiras décadas do século XX, havia cerca de sessenta capelas espalhadas pelo interior do município de Canoinhas (WACHINSKI, 2012). A visita do padre ocorria esporadicamente, pois seu deslocamento dependia do lombo da mula e da hospitalidade dos moradores do entorno, tanto para si quanto para o sacristão. Com o decorrer dos anos, o método foi aperfeiçoado. O padre passou a enviar uma mensagem – um bilhete – para comunicar com até um mês de antecedência a sua chegada, o que possibilitava aos membros da comunidade religiosa preparar uma recepção mais adequada ao representante da Igreja, assim como possibilitava aos

⁸ Na localidade da Barra Mansa, interior do município de Canoinhas, permanece forte devoção ao santo monge, em especial por famílias de descendentes de indígenas que compõem uma comunidade com acesso restrito. (KAUCTZ, 2007).

fiéis de localidades mais afastadas programarem sua ida até a capela, quando ali o padre se fizesse presente (ROCHA, 2012).

Tal qual sucedeu em outras regiões do Brasil, no planalto catarinense, as práticas religiosas populares e as festas também correspondiam a elementos sociais e culturais marcantes, costumeiramente regadas com bebidas alcoólicas e perpassadas por bailes. Representavam momentos de destaque no calendário sociocultural da população sertaneja. Havia um amplo conjunto de festas religiosas que ocorriam ao longo dos bairros rurais, com duração superior a três dias, com o objetivo de possibilitar o deslocamento de indivíduos das paragens mais distantes. Participar ou não da festa em uma determinada localidade, era um dos critérios que definia tanto o pertencimento de cada morador quanto sua legitimidade perante aquela comunidade. É evidente que os moradores locais não eram os únicos frequentadores das festas religiosas, pois indivíduos oriundos de outras regiões do planalto, muitas vezes longínquas, integravam o público desses eventos. Isto estabelecia um estímulo ainda maior à troca e interação, mas, também, às rixas e conflitos, pois os moradores da localidade percebiam-se como anfitriões, ou, ao menos, com maiores direitos do que os ‘de fora’. De qualquer forma, na festa de caráter religioso, a vida coletiva e o conagração social eram fomentados.

Para a organização das festas, eram designadas pessoas de destaque em cada bairro rural, as quais patrocinavam ou reuniam recursos para cobrir os gastos com alimentação e bebida. Ser o ‘festeiro’ trazia distinção social e exigia do titular da função esforço para tornar a festa um evento de sucesso, o que ampliava sua fama e prestígio. A ocorrência da festa também mobilizava o comércio de bairros mais distantes, com o comparecimento de tropeiros e comerciantes.

Contudo, as festas religiosas também consistiam em espaços de atuação de indivíduos das classes dominantes e dos políticos locais, momentos propícios para interação com sua clientela. Era uma oportunidade de capitalizar a lealdade política e reforçar os laços de amizade e apoio da população local. Nas festas de maior destaque, era corriqueira a presença do superintendente e das principais autoridades, além da distribuição gratuita de churrasco aos presentes.

Algumas festas tinham caráter agrário, ou seja, estavam relacionadas com as atividades desenvolvidas na lavoura. José Maria, o monge que circulou pela região do planalto catarinense e tornou-se o líder religioso do movimento sertanejo do

Contestado, fora convidado a participar da festa do Senhor Bom Jesus, em Taquaruçu, em 06 de agosto de 1912.

Na citação a seguir, é possível compreender esse evento religioso:

Por uma larga extensão do interior do Brasil, o culto do Bom Jesus era celebrado pelos sertanejos depois que haviam derrubado o mato para as suas roças, mas antes da queimada. Era um rito de nítido caráter agrário: a imagem do Bom Jesus representava o Cristo com o corpo cheio de chagas, as mãos amarradas, segurando uma cana verde. Aos fiéis lembrava a natureza, àquela altura do ano mutilada pelo frio, a seca e o machado, mas que breve renasceria após o fogo e a sementeira (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, P. 84).

No ambiente da festa, reuniam-se pessoas de distintos grupos étnicos e classes sociais. Os festejos envolviam churrasco, esportes, jogos, leilões, cantorias e bailes (SERPA, 1997). A procura pela missa crescia substancialmente nas ocasiões em que haveria festa após a celebração: “... dois ou três homens, em geral, assistiam à missa aos domingos e dias santos. Só quando havia festas o povo vinha, não para rezar, (...) mas para se divertir” (SINZIG, 1939, P.114). O inter-relacionamento entre o lúdico e o religioso demarcava o cotidiano daquela população. Além da religião e da diversão, amigos e parentes também eram reencontrados, contavam-se causos e sabia-se das novidades, ou seja, consistia num importante recurso para troca e disseminação da informação.

A população local organizava suas práticas religiosas constantemente. Um exemplo é a realização do fandango de São Gonçalo. O fandango, ou dança de São Gonçalo, está associado à devoção do sertanejo a São Gonçalo do Amarante, santo casamenteiro, sendo uma prática conhecida em várias regiões do Brasil, e, ainda hoje, em regiões de Santa Catarina, em especial, no litoral do Paraná.

Sua realização estava relacionada as promessas feitas para diversos fins, inclusive para o bom desenvolvimento dos trabalhos na agricultura, por exemplo, para que não chovesse em períodos próximos a colheita dos grãos. Normalmente, o indivíduo que evocava a promessa o fazia ‘para que o tempo melhorasse’ e permitisse a realização do pixirum. À noite, durante o fandango, era erigido um altar em homenagem ao santo, e mesmo que o sertanejo não possuísse sua imagem, um vaso de flores era colocado em lugar de destaque. Na primeira dança, os integrantes do baile iam até o altar e beijavam a imagem ou o vaso de flores, em momento algum sendo permitindo dar de costas ao altar, primeiro o dono da casa, em seguida os

demais, e, em algumas ocasiões, um após o outro ou em fila (OLIVEIRA, 2004, P. 17-29).

A análise desse conjunto de práticas e costumes do sertanejo – a roça cabocla, a criação comunal, o pixirum, a devoção a São João Maria, as festas religiosas e o fandango de São Gonçalo, evidencia uma intensa circulação e sociabilidade entre a população do planalto catarinense, cuja vida era caracterizada por momentos de profunda solidariedade e confiança interpessoal.

Em contraposição a essas características solidárias, a seguir serão reconstruídos momentos nos quais os embates emergiram das relações conflituosas advindas dos costumes vivenciados pelo sertanejo.

As relações conflituosas decorrentes dos costumes praticados pelos sertanejos

Evidentemente, as relações conflituosas também integravam o modo de vida da população sertaneja. A interação, a troca, e a sociabilidade entre homens e mulheres pobres do planalto catarinense eram marcadas por relações solidárias, contudo, também ocorriam embates, disputas e conflitos. A convivência social e familiar, e as práticas coletivas – fossem laborais, religiosas e/ou lúdicas – também poderiam gerar conflitos.

Conforme mencionado, sendo o processo de apossamento o início da relação do sertanejo com a terra, o conflito passava a ocorrer, por exemplo, em torno da manutenção do controle sobre determinada área.

O conflito era parte constitutiva da relação do posseiro com a terra. A indefinição das fronteiras entre posseiros e proprietários criava uma situação onde era permanentemente necessário reafirmar "seu direito" sobre a terra e enfrentar os argumentos e as armas do outro. É preciso que se compreenda que, no conflito também se construíram e se reafirmavam as noções de justiça desses sertanejos (MOTTA DE CARVALHO, 2002, P.89).

É plausível considerar que as relações conflituosas oriundas do modo de vida daquela população, desenvolviam-se a partir de questões práticas e da disputa pela sobrevivência. Além disso, seguiam padrões de racionalidade rigidamente estabelecidos. Nesse contexto, é inapropriado interpretarmos os conflitos como exemplo de uma suposta ignorância ou incivilidade do sertanejo. O conflito era um dos elementos que contribuía para a sua compreensão do mundo. Os conflitos e os

decorrentes atos de violência eram validados, caracterizando um padrão normal de conduta (FRANCO, 1997).

Sendo assim, pode-se presumir que as práticas conflituosas compunham um costume, regido por uma série de regras pré-estabelecidas e que seguiam uma racionalidade intrínseca na cultura do sertanejo, perpassando os diferentes momentos do seu cotidiano como, por exemplo, as situações de trabalho, nas quais as rixas e os conflitos emergiam ou eram revividos. Do mesmo modo, as celebrações festivas, fossem aquelas realizadas em torno das reuniões de trabalho, fossem as ligadas aos momentos religiosos, eram ambientes propícios para o surgimento de conflitos.

Muitas vezes, o trabalho era estimulado pela competição entre os participantes, uma espécie de desafio de eficiência, o que motivava palavras e atitudes de provocação entre os membros do grupo. Vinhas de Queiroz, ao definir a variação do mutirão, identificada no planalto catarinense, destacou que o pixirum era animado pelo "espírito de cooperar" e se desenvolvia entre "ditos chistosos e cantorias", cujo resultado poderia ser, por exemplo, a limpeza de uma área de cinco hectares em um único dia, com a participação de vinte ou trinta homens, e que tudo transcorria "alegremente" (1966, P.37). Ou seja, as disputas expressas pela oralidade eram vistas como elemento constituinte do pixirum.

É preciso atentar para o fato de que as reuniões de trabalho coletivo – os pixiruns – amplamente realizadas no planalto catarinense, não constituíam o paraíso da conciliação étnica e o berço de uma formação sólida e pacífica entre todos. O conflito – antítese e componente das relações de solidariedade – também surgia e isto não era incomum. O trabalho, o costumeiro consumo de cachaça durante sua realização e o baile de encerramento, eram situações nas quais poderiam advir antigos desaforos, assuntos mal resolvidos, intrigas. A conexão entre as pessoas também motivava o surgimento de "fofocas", as quais poderiam fomentar ajustes de contas, algumas vezes violentos. Ridicularizar um indivíduo do grupo era prática que resultava na detonação de conflitos.

No dia dez de novembro de 1922, pelas 16 horas, achavam-se no paiol de Salvador Fagundes de Lima, no lugar Paciecinha, diversas pessoas que antes se entregavam a fazer um roçado, quando, entre os irmãos Pedro Jungles e Francisco Jungles Filho, também presentes, se iniciou uma forte alteração. Nessa ocasião Pedro sacou de uma pistola e desfechou contra seu irmão Francisco um tiro que não

atingiu o alvo. Francisco, empunhando um facão, sai ao encalço de Pedro que saía correndo e, alcançando-o, desferiu um golpe que atingiu Pedro nas costas. O denunciado [Pedro Jungles] então, virando-se, desfechou o segundo tiro que alcançou seu irmão e, como este ainda não caísse por terra, Pedro ainda contra ele avançou de facão em punho, travando-se nova luta a facão, que só terminou quando Francisco Jungles caiu por terra, já agonizando, vitimado pelo tiro que fora desfechado por Pedro.⁹

O caso dos irmãos Jungles viabiliza algumas inferências. É possível perceber que o conflito transcorre imediatamente após o encerramento de um pixirum. O final da tarde estava próximo e, em breve, transcorreria o tão aguardado baile. Naquele momento de descanso e celebração – regado a muita cachaça – ocorreu uma ríspida discussão entre Francisco e outro componente do grupo.¹⁰ Pedro intercedeu, tentando encerrar a discussão. Seu irmão não aceitou esta intromissão e respondeu com um tapa. A partir deste ponto não haveria mais retorno. O irmão agredido não poderia deixar a afronta sem resposta. Entre os sertanejos, o atributo da honra exigia preservação a qualquer custo, o que poderia implicar em embate violento. Nesses casos, a saída moral e socialmente aceita era o revide a uma agressão ou xingamento, o acerto de contas, especialmente em ocasiões nas quais havia audiência numerosa, com a presença de vizinhos, amigos e parentes. Os espectadores não poderiam ficar sem resposta, do contrário, a reputação de Pedro seria maculada, especialmente se considerarmos que o evento seria rapidamente retransmitido por meio das redes de informação ativadas pelos membros participantes do pixirum e, por conseguinte, comprometeria a honra de Pedro, possivelmente de forma definitiva. A afronta física foi praticamente insignificante – um simples tapa – para o agredido, contudo afetou profundamente sua honra. Reagir era uma necessidade imperiosa. A partir daí, o conflito violento se desencadeou e acabou culminando na morte de Francisco.¹¹

Apesar do desfecho violento na trágica história dos irmãos Jungles, não se deve inferir, a partir desse exemplo, que o modo de vida sertanejo era caracteristicamente violento, destituído de normas de conduta que evitassem a detonação do conflito. Pelo contrário, tudo era permitido, desde que transcorresse no âmbito de um

⁹ Processo Crime por Homicídio de Francisco Jungles Filho. Réu: Pedro Jungles. Canoinhas, 1922. Arquivo Histórico Municipal.

¹⁰ Infelizmente, os autos não revelam as razões da discórdia entre os dois.

¹¹ É preciso considerar que a relação entre os irmãos Jungles poderia estar abalada por intrigas anteriores ao pixirum, não relatadas no processo judicial. De todo modo, a partir da perspectiva do conjunto de práticas sertanejas, o desencadeamento de tais eventos seria suficiente para justificar o conflito deflagrado.

conjunto de referências morais consistentes com os costumes daquele grupo, isto é, havia uma racionalidade inerente. O conflito ocorria somente quando esses limites eram infringidos, todavia, todos sabiam quais eram esses limites.

Sendo assim, é possível afirmar que havia um conjunto de normas sociais rígidas que regiam os conflitos entre os sertanejos, os quais emergiam quando certas regras de conduta eram transgredidas. A partir da ocorrência de qualquer transgressão, considerava-se legítima a resposta conflituosa, tendo como referência o costume.

Tal qual ocorria no caso do pixirum, as festas religiosas não consistiam apenas em espaços de celebração e contato social solidário. Ali, o conflito também se manifestava, estimulado pelo consumo de bebida alcoólica e pelo fato do sertanejo invariavelmente andar armado.

Assim, Avé-Lallemant descreveu a festa de São João Batista, observada na região de Lages:

(...) subiram foguetes na noite fria e muitas espingardas foram disparadas. Vários foliões cambaleavam, visivelmente embriagados, de modo que ficamos satisfeitos quando o grupo prosseguiu e dissolveu-se no fim da rua, sem bulha nem matinada. Sinto sempre uma espécie de inquietação quando vejo reunidos numa festa, num divertimento, jovens armados e as bebidas espirituosas, aguardente ou vinho, agitam os espíritos (1980, P. 85).

A perspectiva do viajante europeu, imbuída de um inextricável etnocentrismo, definia sua própria forma de compreender o mundo ao seu redor. Aquilo que lhe causava inquietação, de fato incorporava importantes costumes sertanejos: o consumo da bebida, o porte de armas e a celebração festiva de cunho religioso.

Outros autores interpretaram tais práticas sob outra perspectiva. Cabral afirma que a partir do encerramento da celebração religiosa, no pós-culto, os homens se reuniam e ali trocavam ideias, informações, se solidarizavam, mas também "tomavam mate, cachaça, faziam prosa e esperavam para presenciar brigas e tiros" (1979, P.97). Ao afirmar que os embates conflituosos eram aguardados, o autor sugere que tais situações eram costumeiras, ou seja, os conflitos que ali se desenvolviam eram aceitos dentro da pluralidade cultural do sertanejo, de modo algum provenientes de explosões de raiva ou de uma postura irracional, desconectada da realidade vivenciada pelo sertanejo.

Outra linha de discussão, em torno das relações conflituosas que compunham o modo de vida do sertanejo do planalto catarinense, diz respeito ao costume de portar armas. Há que considerar que uma fração significativa da população daquela região sobrevivia da exploração dos mínimos vitais, por meio da agricultura de subsistência, da criação comunal, do corte da erva mate, da caça e da coleta de alimentos encontrados na mata. Neste ambiente, despojado do apoio de qualquer instituição legal, as virtudes pessoais e a destreza no manuseio de ferramentas utilizadas no dia a dia, incluíam um conhecimento prático acerca da utilização de certas armas. O uso de machados, facões, foices e facas estava ligado à agricultura, ao corte da erva, à lida com os animais e à exploração da floresta. Sendo assim, a utilização desses instrumentos proporcionou ao sertanejo extrema habilidade na lida com armas brancas.¹²

O conflito, visto como legítimo e desenvolvido dentro de certas normas socialmente estabelecidas, era regido por meio das armas - brancas ou de fogo - constituindo-se em um costume, cuja gênese remete ao processo histórico no qual aquela população esteve envolvida. Esta longa tradição do sertanejo perpassa pela Revolução Farroupilha (1835-1845) e pela Guerra Federalista (1893-1895), momentos nos quais muitos fazendeiros e lavradores migraram do Rio Grande do Sul para o planalto catarinense (MACHADO, 2004, P.63), levando consigo a necessidade e o costume do emprego de armas.

Posteriormente, durante o período no qual os estados do Paraná e Santa Catarina estiveram envolvidos na disputa de limites, a região fronteira foi tomada por embates e conflitos que "não só contribuíram para manter agitada parte da população de Serra Acima, mas levaram também a se familiarizarem com o manejo de armas e as técnicas militares muitos sertanejos" (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, P.69). A mobilização da população para a disputa de limites legitimou e reforçou entre os sertanejos não apenas a noção de direito à posse, mas também ao uso de armas e a capacidade de autodefesa, pois:

na vivência e na resistência desses conflitos o sertanejo mantinha vivos os costumes e direitos tradicionais que lhes garantiam a sobrevivência. Costumes e tradições construídos em um passado

¹² Exemplo disso são os diversos confrontos vencidos pelos sertanejos rebelados contra as forças legais no período da Guerra do Contestado (1912-1916), quando optaram pelo "entrevero", ou seja, o confronto direto com arma branca.

remoto na relação com a terra e com a floresta (MOTTA DE CARVALHO, 2002, P.107).

Além da necessidade prática decorrente dos diferentes processos produtivos, inerentes à vida do morador do planalto catarinense, estar e andar armado assegurava a própria sobrevivência. Além disso, a atuação da *Lumber Company* resultou na expulsão de milhares de sertanejos de terras de apossamento, que consideravam suas por direito, o que incitou e disseminou uma noção de resistência e autodefesa pautada no direito ao uso de armas: "os americanos da *Lumber* estão no firme propósito de dar começo e medição duma grande área de terras, muito embora tenham de expulsar, à mão armada, os antigos e legítimos posseiros de suas propriedades" (JORNAL O IMPARCIAL, 24/09/1916). Andar armado significava resistir e assegurar a posse da terra, através de um conhecimento sobre o manuseio das armas, forjado há muito tempo entre os sertanejos daquela região.

De todo o exposto anteriormente, as demonstrações de solidariedade, marcadas por laços de união e coletividade, que perpassavam a vida do morador do planalto catarinense, coexistiam com situações de conflito, dentro de regras socialmente aceitas.

Havia uma profunda racionalidade conectada aos costumes sertanejos. Beber, andar armado, brigar, eram costumes, mas a aceitação dessas práticas entre os sertanejos exigia obrigatoriamente uma justificativa, uma razão que as legitimassem. A análise de algumas das características culturais próprias e de certas regras de conduta adotadas por aquelas pessoas, evidenciam a forma como viviam e interpretavam suas próprias vidas.

A partir dos bairros rurais do planalto catarinense, redes sociais foram constituídas pela população sertaneja para assegurar sua sobrevivência. Foram construídas tanto relações solidárias quanto conflituosas, às quais coexistiram e integraram o modo de vida daqueles homens e mulheres.

Os costumes descritos, oriundos de longa data, permaneceram arraigados ao modo de vida do sertanejo, o que gerou empecilhos aos interesses econômicos que estavam em processo de inserção naquela sociedade. Suas práticas e costumes implicariam em atos de rebeldia, ou seja, seus protagonistas reagiriam aos ataques e cerceamentos impostos a eles, especialmente pelo avanço das forças capitalistas de origem estrangeira, representadas pela ferrovia e pela *Lumber Company*.

Através da reconstrução das ações daquela população, é possível identificar a existência de uma racionalidade própria, a qual era definida a partir dos costumes. Representam indícios das experiências vivenciadas pelo sertanejo e que influenciaram seus momentos de organização e luta, tanto na condição de trabalhadores em um novo ambiente, caracterizado pela fábrica e pelas novas relações sociais e econômicas em inserção, quanto na condição de rebeldes revoltosos que aderiram às trincheiras do movimento sertanejo do Contestado (1912-1916).

Portanto, é válida a afirmação de que os indivíduos das classes subalternas conseguem resolver seus problemas e controlar suas próprias vidas, de acordo com sua lógica. Essa perspectiva devolve aos pobres o direito de ser agentes de suas próprias vidas (THOMPSON, 1998). Seus costumes formaram os alicerces do seu modo de vida, o qual foi contraposto ao avanço das relações regidas pelo capital, em consolidação na região. Possuíam padrões definidos coletivamente e reproduzidos ao longo do tempo. Suas práticas, decorrentes dos costumes, manifestavam-se numa ampla região, transcendendo o planalto catarinense e sul do Paraná, exercendo influência em todo o planalto meridional brasileiro (mediante uma difusão horizontal) se disseminando por toda a região do Prata até o interior de São Paulo. Condutas não-econômicas, baseadas no costume, como a roça cabocla, o pixirum, a criação comunal de animais, resistiam às ameaças dos novos padrões, das novas técnicas e à racionalização do trabalho. Nesses embates, vislumbra-se os confrontos de futuras formações de classe, bem como de sua consciência, ou seja, tais traços e resquícios serão revividos e reintegrados a uma consciência de classe emergente (THOMPSON, 1998, P.21), a qual se materializará na luta sertaneja (1912-1916), e nas greves de operários deflagradas na *Lumber Company* (1917-1919).

A resistência dos sertanejos às imposições do capital estrangeiro através de relações conflituosas

A instalação de empresas estrangeiras na região do planalto catarinense, nas primeiras décadas do século XX, especificamente da *Lumber Company*, acarretou profundas transformações àquela sociedade. As novas relações advindas do capital estrangeiro impactaram sobre o modo de vida da população em toda aquela região.

Os sertanejos resistiram à instauração dessas novas relações, as quais eram antagônicas às suas práticas derivadas de seus costumes.

A partir da análise dos costumes dos moradores que habitavam aquela região, que envolviam práticas tais como a constituição da roça cabocla, a criação comunal de animais, a realização do pixirum, a devoção a São João Maria e o fandango de São Gonçalo, é possível vislumbrar como aquela população sertaneja se opôs às incipientes transformações que passaram a incidir sobre suas vidas.

O surgimento da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* está conectado ao processo de construção de uma ferrovia que interligaria os estados do sul do Brasil. Para este fim, o governo brasileiro estabeleceu contrato com a *Brazil Railway Company*, empresa responsável pela construção do caminho de ferro que entrecortou o território catarinense, tendo como pontos de partida e de chegada as cidades de Sorocaba, em São Paulo, e de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, respectivamente. A construção dessa grande linha férrea alterou a vida das populações das regiões por ela atravessada, aumentando o valor econômico das terras, agravando problemas sociais, elencando o rol de fatores que culminaram na deflagração do movimento sertanejo do Contestado, entre os anos de 1912 a 1916, na região de fronteira entre os estados do Paraná e de Santa Catarina.

Acerca da influência do capital estrangeiro para o desencadeamento do conflito bélico, a título de exemplo, pode-se citar um fato ocorrido no mês de novembro de 1911, menos de um ano antes da batalha do Irani – marco inicial da Guerra do Contestado – quando os administradores da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, publicaram um edital que proibia a ‘invasão’ e ‘ocupação’ de terrenos pertencentes à companhia, tanto nas margens do rio do Peixe, quanto em outras localidades, onde, “por concessão estadual, a Companhia de Estrada de Ferro possui terras que já foram ou estão sendo medidas e demarcadas por ela” (JORNAL O PALMENSE, 05/11/1911). Aqueles posseiros que não aceitavam a determinação e continuavam ocupando as terras, agora de propriedade da companhia estrangeira, recebiam a visita do Corpo de Segurança da empresa¹³, cujas práticas violentas eram bastante eficazes, e refletiam o tratamento dado a população pobre nacional em casos de reintegração de posse.

¹³ O corpo de segurança era uma milícia paramilitar, armado e contratado pela empresa que construiu e passou a operar a ferrovia, sendo composto por centenas de homens fortemente armados.

A concessão de terras à Companhia de Estrada de Ferro, decorreu do contrato para construção da ferrovia, o qual estabelecia, dentre seus dispositivos, que a empresa responsável pela obra – a *Brazil Railway Company* – teria direito a explorar as terras adjacentes à linha tronco, em uma extensão de até quinze quilômetros do leito da linha férrea. Em 1910, foi encerrada a construção do trecho que entrecortava o território catarinense, num total de trezentos e oitenta quilômetros, entre as cidades de União da Vitória, no Paraná, e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul. Sete anos mais tarde, o ramal que ligava União da Vitória e a cidade portuária de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, foi concluído e colocado em operação. A conclusão deste ramal permitiu o escoamento rápido da produção de madeira e erva mate do planalto catarinense.

As terras daquela região eram cobertas por milhões de pinheiros araucária, imbuías, canelas e cedros. Objetivando serrar e comercializar esta madeira de alto valor econômico e, mais tarde, vender parte das terras a imigrantes europeus, foi constituída uma subsidiária da *Brazil Railway Company*, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Em 1911, a *Lumber* instalou em Três Barras, então território paranaense contestado por Santa Catarina, uma moderna serraria.¹⁴

A empresa instituiu um processo industrial com alto grau de mecanização e elevada organização técnica. O processo industrial iniciava com o corte das toras no meio da floresta, tarefa realizada por grupos de trabalhadores que se embrenhavam nas matas, selecionavam e serravam as árvores. Em seguida, as toras que jaziam no chão, eram presas por longos cabos de aço, com centenas de metros de extensão, e içadas por guinchos movidos a vapor comprimido. As toras gigantescas eram arrastadas até a margem dos ramais ferroviários, construídos pela própria empresa, que poderiam atingir até trinta quilômetros de extensão. Ao serem arrastadas, destruíam toda a vegetação que estivesse em seu caminho, ou seja, árvores menores, espécies economicamente menos interessantes e também quantidades significativas de árvores de erva mate, cuja extração – como exposto anteriormente – consistia em elemento fundamental para subsistência da população pobre que habitava a região. Após chegar a beira dos trilhos, o mesmo guincho erguia as toras e as colocava sobre vagões, que eram conduzidos até o engenho da serraria, no centro da vila de Três Barras. Dentro do engenho, as toras eram serradas, selecionadas e armazenadas

¹⁴ A *Lumber* construiu outra serraria em Calmon (SC).

mecanicamente. Em seguida, eram carregadas em vagões e transportadas até os portos de São Francisco do Sul e Paranaguá e dali enviadas para comercialização (CARVALHO, 2010).

O morador pobre do planalto, o caboclo ou sertanejo, ocupava aquelas terras pelo apossamento havia muito tempo, muitas vezes, há gerações. Ali estabeleceu uma relação de exploração racional dos recursos naturais e teceu complexas relações sociais com seus pares. Todo esse universo, construído ao longo de décadas – antes da chegada do capital estrangeiro – passou a ser destruído de forma rápida, fria e impessoal, características da ‘racionalidade’ do capital.

Além desse processo, que ceifou a vida ou comprometeu a sobrevivência de milhares de pessoas, a atuação da ferrovia desestabilizou a organização econômica da população local. O Caminho de Tropas deixou de existir, o que gerou uma depressão econômica nas localidades que possuíam casas comerciais e espaços próprios para repouso dos tropeiros – de descanso e de retomada de peso dos animais – antes de prosseguirem viagem em direção a São Paulo.

Um processo de expulsão da população sertaneja, residente nas terras transferidas ou ocupadas pela *Lumber* – semelhante àquele executado no vale do rio do Peixe por ordem da ferrovia – foi desencadeado em toda a região do planalto norte catarinense, nos vales dos rios Negro e Iguazu. Desta feita, a *Lumber Company*, com métodos similares aos utilizados pela ferrovia, iniciou a expulsão dos posseiros na região do planalto. As ações eram executadas por uma força armada privada, que realizava o trabalho indigesto de retirada ou assassinio das famílias de posseiros, “uma onda de horror varreu todo o território” (VINHAS DE QUEIROZ, P.73).

A instalação da *Lumber* afetou de modo contundente a subsistência de milhares de moradores pobres da região do planalto catarinense. Além da expulsão de suas posses, aqueles que conseguiam se restabelecer padeciam com a proibição de exploração das matas e ervais nativos. Do mesmo modo, as pequenas serrarias, que existiam por toda a região, foram obrigadas a encerrar suas atividades, pois era impossível competir com a gigante estrangeira, a qual, além de todo o seu aparato industrial, controlava os meios de transporte, impedindo, assim, o escoamento da produção de suas concorrentes mais modestas. (TOMPOROSKI, 2013). O resultado foi o desemprego e a restrição das possibilidades de sobrevivência.

Após expulsar os antigos moradores e extrair toda a madeira, a companhia loteou e vendeu as áreas de terra para assentamentos, realizados pelo estado do Paraná, a colonos imigrantes de origem polonesa e ucraniana, o que significou um processo de exclusão étnica, com a valorização da presença do imigrante em detrimento à população nacional.

Esses contínuos atos de violência, contra os caboclos e seu modo de vida, foram nutrindo um sentimento de injustiça, que culminou com a adesão de milhares deles e de suas famílias às fileiras do movimento sertanejo do Contestado.

A atuação das empresas estrangeiras em toda a região do Contestado e, especificamente, da *Lumber Company*, no planalto catarinense, consistiu em fator peremptório para a deflagração do conflito, através do qual a população local reivindicou seus direitos e demonstrou claramente contra quem e o que estava lutando: os estrangeiros, o capital e as autoridades constituídas, explicitando assim a profunda racionalidade do movimento, que não representou uma odisseia de “fanáticos” ou “jagunços”, e sim a luta de pessoas pobres por aquilo que consideravam justo e seu por direito. Um bilhete encontrado no bolso de um rebelde morto em combate, sintetiza os ideais de luta daquelas pessoas: “Nóis não tem direito de terras, tudo é para as gentes da Oropa” (ASSUMPÇÃO, 1917, P.246). Um breve levantamento dos alvos da ofensiva sertaneja rebelde, demonstra que o capital estrangeiro – a ferrovia e a *Lumber* – figurou entre seus principais objetivos estratégicos. Os sertanejos realizaram incursões sobre as estações da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, com a destruição de muitas delas e a interrupção da circulação das linhas regulares. Em Calmon, onde funcionava uma filial da *Lumber Company*, os rebeldes, além de atacarem as estações da ferrovia, incendiaram e causaram a destruição completa da serraria americana.

Em fins de janeiro de 1914, propagou a notícia de que um ataque seria desferido contra a sede da *Lumber*, em Três Barras. Uma mensagem telegráfica, transmitida da sede da empresa ao chefe de polícia do Paraná, solicitou a proteção da localidade e, principalmente, das propriedades daquela companhia. Embarcou imediatamente da capital paranaense um contingente do Regimento de Segurança do Paraná, que deveria reforçar as defesas e proteger a empresa. Aquele era um objetivo estratégico dentro da ampla ofensiva desencadeada pelos rebeldes, no segundo semestre de 1914. Em 29 de setembro daquele ano, o ataque contra a sede principal da companhia foi

executado, mas os rebeldes foram rechaçados pelas forças legais e por significativo número de homens em armas mantidos pela própria empresa, seu Corpo de Segurança.

Em 02 de novembro de 1914, um piquete rebelde (grupo de ataque) incursionou em ações ofensivas contra a colônia Rio das Antas, uma estação da estrada de ferro e colônia de imigrantes, pequenos proprietários alemães e ucranianos assentados pela *Lumber Company*. Aquelas terras haviam sido alvo da expansão e predação fundiária da empresa, que as considerara devolutas. “Ali foram sumariamente espoliados de suas propriedades muitos sertanejos que há longos anos eram posseiros das devolutas terras (...)” (PEIXOTO, 1916, P.296). Os sertanejos pretendiam recuperá-las e

com um mês de antecedência, Chiquinho Alonso [líder do piquete de ataque] mandara avisar que os verdadeiros e originais moradores daquela região estavam dispostos a voltar à força; os colonos que se retirassem ou seriam atacados” (PEIXOTO, 1916, P.296).

A ampliação das pesquisas sobre o movimento do Contestado, demonstra o hibridismo e a diversidade das motivações e dos objetivos, que variavam conforme a região da zona contestada em que os rebeldes atuavam, e dos setores sociais que aderiam ao movimento. No caso do planalto catarinense, as motivações para adesão ao movimento decorreram tanto da luta pelo cumprimento da sentença referente à disputa por limites entre Paraná e Santa Catarina, quanto do embate dos posseiros, sitiantes e mesmo proprietários de maior vulto contra a *Lumber Company*. O principal líder rebelde daquela região, Aleixo Gonçalves de Lima, lutava pelo cumprimento da sentença, e também mantinha com a *Lumber* ferrenha disputa por uma área de terras ao sul de Três Barras, registrada em cartório de Santa Catarina. A família Pacheco ocupou as terras, realizou o registro em cartório paranaense e, em seguida, as vendeu para a companhia americana. “Afirma-se que a invocação do nome de Aleixo fora bastante para levantar em armas centenas de sertanejos, muitos dos quais também expulsos de suas terras graças a manobras da empresa norte-americana (...)” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, P. 166).

De todo o exposto anteriormente, adquire sólida consistência a afirmação de que um dos motivos mais contumazes para a adesão dos sertanejos aos redutos, durante o movimento sertanejo, foi a sublevação contra as amplas doações de áreas

de terra às empresas estrangeiras, e, também, à sua expansão fundiária, processos que afugentavam os sertanejos das terras que consideravam suas por direito e justiça. Naquele contexto, os integrantes do movimento interpretavam a expulsão das terras como parte de um processo mais amplo, com origens políticas e classistas profundas: “(...) O governo da República toca os Filhos Brasileiros dos terrenos que pertence à nação e vende para o estrangeiro, nós agora estemo disposto a fazer prevalecer os nossos direitos” (PEIXOTO, 1917, P.74).

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Maria Celina D^a. *Capital Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2003
- ASSUMPÇÃO, Herculano T. *A campanha do Contestado*, vol. 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1917.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- BRANDT, Marlon. *Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo, SC: do Contestado à colonização*. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFSC. Florianópolis, 2007.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A campanha do Contestado*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- CARVALHO, Tarcísio Motta de. “*Nós não tem direito*”. *Costume e Direito a Terra no Contestado (1912-1916)*. Niterói. Dissertação (Mestrado em História). UFF. Niterói, 2002.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- KAUCTZ, Charlene Aparecida. *A cultura na vila Eduwirges: um estudo antropológico*. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade do Contestado. Canoinhas, 2007.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004.
- MELLO E SOUZA, Antônio Cândido. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.
- OLIVEIRA, Roberta Baltazar; LARA, Larissa Michele. “O fandango na cultura popular paranaense: origem e caracterização”. *CESUMAR*. Jan-Jun. 2004. Vol. 06 n. 01, pp. 17-29.
- PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado: episódios e impressões*. Rio de Janeiro, 1916.
- SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis. Editora da UFSC, 1997
- SINZIG, Pedro. *Frei Rogério Neuhauss*. Petrópolis: Vozes, 1939, p. 114.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Fontes

Fontes Judiciais

- Processo de Terras do Campo das Moças. Canoinhas, 1910. APESC (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina);
- Processo Crime por Homicídio de Francisco Jungles Filho. Réu: Pedro Jungles. Canoinhas, 1922. AHMC (Arquivo Histórico Municipal de Canoinhas).

Fontes da imprensa

- Jornal O Imparcial. Canoinhas (SC), 24/09/1916
- Jornal O Palmense. Palmas (PR), 05/11/1911.

Fontes Orais

Entrevistas realizadas no ano de 2012:

- Eduardo Wachinski, 90 anos. Timbozinho.
- Franceline Nogath, 86 anos. Rio dos Pardos.
- Gregório Rocha, 84 anos. Taquarizal.
- Juca Bueno, 80 anos, Rio D'Areia do Meio.
- Miguel Cardoso, 50 anos. Pedras Brancas.
- Paulo Nogath, 91 anos. Rio dos Pardos.

***Recebido em Agosto de 2015
Aprovado em Dezembro de 2015***